

Teses, Dissertações e TCCs

CALHEIROS, Tânia da Costa. **Terminologias do Marco Civil da Internet na perspectiva da Organização e Representação do Conhecimento**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

A identificação dos termos de uma especialidade marca o advento e o desenvolvimento de uma ciência. O objetivo deste estudo é identificar terminologias do Marco Civil da Internet relativas a privacidade na rede no contexto do Direito Eletrônico para subsidiar a elaboração de instrumentos terminológico-documentários por bibliotecários especializados. Esta pesquisa é de caráter exploratório-descritivo, com delineamentos bibliográfico e documental, de abordagem qualiquantitativa. Trata-se também de pesquisa terminológica temática, cujas etapas metodológicas são indispensáveis para a construção de instrumentos terminológico-documentários a respeito de uma área especializada. A extração automática de termos foi realizada pelo software Terminology Extraction Suite (TES) a partir da Lei n. 12.965/2014, do Decreto n. 8771/2016, de 6 Dissertações e de uma obra da área jurídica. As principais etapas dos Procedimentos Metodológicos são: Extração Automática no TES – Termos

Candidatos, Verificação nos Glossários Jurídicos do STF e do MPF – Termos Relacionados e Validação por Especialistas – Termos Preferidos. Foram validadas 383 terminologias (termos e fraseologias especializadas), contudo nenhum termo informático foi recuperado nos Glossários Jurídicos do STF e do MPF. Concluiu-se que há a necessidade da atualização dos Glossários Jurídicos brasileiros de acordo com as novas terminologias da Sociedade da Informação. Espera-se que este estudo seja incentivo para projetos terminológicos de impacto nas áreas do Direito ligadas a Tecnologia, solidifique o entendimento do Direito Eletrônico como um microssistema norteador da Ciência Jurídica atual, conceda os fundamentos para que este seja considerado uma área de especialidade do Direito Pós-Moderno e amplie os horizontes multidisciplinares do Direito da Sociedade da Informação.

CAVADAS, Mariana Silva. **Perfil e competências de bibliotecários parlamentares: um estudo na Câmara dos Deputados e o Senado Federal no Brasil**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília/Faculdade de Ciência da Informação.

FARIAS, Luara Soares. **Inclusão de documentos sobre a Operação Lava-jato na Rede RVBI no período de 2014 a 2016**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília/Faculdade de Ciência da Informação.

GALVÃO, Victor Hugo Souza Pinheiro. **Digitalização do arquivo permanente da Vara Criminal: Comarca de Currais Novos/RN**. 2017. 36f.: il. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas, Currais Novos/RN, 2017.

Este Projeto de Intervenção versará sobre a Digitalização do arquivo permanente da Vara Criminal, Comarca de Currais Novos/RN, no recorte temporal de 1840 a 1950, haja vista se tratar de documentos manuscritos que demandam maior cuidado; pois apresentam folhas desgastadas, seja pela ação do tempo, manuseio inadequado ou alguma ameaça biológica. Além disso, esse arquivo é um verdadeiro acervo com processos judiciais que retratam a evolução do Direito, do pensamento jurídico, da administração da justiça e da história social e representam a memória e cultura em determinada época; daí a necessidade de serem preservados, conservados e mantidos em local apropriado. O presente projeto iniciou-se por meio da observação in loco do ambiente onde se realizou a intervenção; sendo necessária a utilização de fontes

bibliográficas, dando um caráter científico, bem como, através do acesso a sites de cunho acadêmico (textos científicos, artigos, monografias) e, também, sites oficiais do Governo Federal (Constituição, Leis, Decretos). Portanto, tem como enfoque a digitalização dos processos no lapso temporal supracitado, de modo que as informações sejam guardadas de forma segura e de fácil recuperação, possibilitando ainda agilidade nas consultas e pesquisas, evitando, com isso, a perda de documentos úteis em formato de papel, caso ocorra algum sinistro ou risco que afete diretamente na qualidade do documento. Por fim, foi sugerido/recomendado a adoção de práticas voltadas à gestão documental, devido ao volumoso acervo existente, as quais resultarão na transformação de um depósito de processos, para um arquivo eficiente e acessível, visando garantir a preservação e o acesso às informações contidas nos autos judiciais e em documentos institucionais administrativos.

GONÇALVES, Marcio Denys Pessanha. **A Concepção de um Sistema de Informação para a Gestão das Ações de Prevenção e Combate à Corrupção**: estudo de Caso na Procuradoria-Geral da União. Brasília, 2017. 324 p. Tese (Doutorado – Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2017.

Trabalho de pesquisa que aborda o estudo das necessidades informacionais relacionadas à gestão das ações de prevenção e combate à corrupção em órgão jurídico da Administração Pública Federal. Teve por objetivo conceber um sistema de informação aplicado, buscando estudar os recursos humanos, os processos e os recursos de tecnologia da informação do órgão analisado, com proposta adicional de metodologia de um ciclo de inteligência aplicado. Analisou, sob o aspecto tripartite, assuntos relacionados ao Direito (aplicado à prevenção e combate à corrupção), à Tecnologia da Informação e à Ciência da Informação. A metodologia adotada priorizou os métodos mistos concomitantes, com foco na estratégia qualitativa. Dados sobre as características das atividades e a gestão das ações de prevenção e combate à corrupção foram coletados em entrevistas com membros do órgão, pertencentes ao grupo especializado na temática, após observação sistemática das atividades diárias. Os resultados apresentados proporcionam aos órgãos públicos e privados o planejamento de sistema de informação relacionado a essa ambiência informacional. A pesquisa visou identificar a estrutura organizacional da PGU e de órgãos congêneres que lidam com essa temática, a cultura de organização da informação do órgão e as técnicas e ferramentas informacionais e computacionais que pudessem ser aplicadas à gestão dos dados e informações relacionados à prevenção e combate à corrupção. O problema tratado foi o de

identificação das necessidades informacionais para a concepção de um sistema de informação capaz de promover a gestão das ações de prevenção e combate à corrupção na Procuradoria-Geral da União. O resultado final é a proposta de um sistema de informação aplicado, aliado a um ciclo de inteligência para as atividades de prevenção e combate à corrupção em órgãos públicos ou organizações privadas.

GREENHALGH, Raphael Diego. **Segurança contra roubo e furto de livros raros**: uma perspectiva sob a ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão. 2014. 2 v. : il., color. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.

Os Livros Raros atraem a cobiça de colecionadores, livreiros e quadrilhas especializadas, pelo conteúdo informacional que contêm, seja textual ou visual. Esses visam a lucrar e a obter os poucos – ou únicos – exemplares existentes de uma obra. Vários casos de roubos e furtos de bens culturais e de Livros Raros acontecem no mundo e no Brasil, tornando a perda patrimonial e cultural irreparável. A Economia do Crime mostra que, nas atividades ilegais que envolvem ganho econômico, o criminoso age racionalmente levando em consideração uma relação de custo X benefício. O ganho dos criminosos é alto, quando analisados os leilões de Livros Raros, pois vários exemplares atingem milhões de dólares. Entretanto, quanto maior a percepção do criminoso sobre as possibilidades de punição pela ação ilegal, maiores serão os custos envolvidos, como mostra a Teoria da Dissuasão. O presente trabalho tem como objetivo geral investigar o roubo ou furto de Livros Raros pela perspectiva da Teoria da Dissuasão no contexto da Economia do Crime. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva com análise quali-quantitativa da legislação que envolve o livro raro, do rigor penal das condenações dos ladrões deste tipo de obra, do índice de prisão destes criminosos, do índice de recuperação dos itens roubados e de todo o sistema de segurança contra roubo e furto das instituições guardiãs deste tipo de acervo. Foram realizadas entrevistas com especialistas em segurança e gestão de Livros Raros, com um Delegado da Polícia Federal e com funcionários do IPHAN. Também foi enviado questionário às instituições guardiãs de Livros Raros para levantamento das medidas de segurança adotadas contra roubo e furto. Assim como foi enviado questionário às instituições que possuem casos de roubo ou furto deste tipo de acervo. Foram também analisados processos criminais em que havia sido roubado ou furtado ao menos um livro raro. Verificou-se que as instituições não estão seguras contra roubo e furto, pois não adotam sequer metade das ferramentas de segurança questionadas. A segurança deve ser aumentada nestas instituições, pois foi possível averiguar a participação de uma quadrilha especializada em roubo e furto de Livros Raros. Não foram recuperadas nem metade das obras levadas. Apesar de alguns integrantes da quadrilha terem sido condenados e presos, os

crimes continuaram a acontecer. Portanto, a prisão e condenação, como também a segurança adotada nas instituições, não estão sendo suficientes para dissuadir os criminosos que roubam e furtam Livros Raros.

GUALBERTO, Maria Fernanda da Silva. **Análise do conteúdo apresentado no SNDIJ** : Seminário nacional de documentação e informação jurídica/ Maria Fernanda da Silva Gualberto. – Niterói, RJ [s.n], 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso – (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

Estudo cientométrico que analisa as temáticas abordadas no SNDIJ – Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (um evento de bibliotecários jurídicos para bibliotecários jurídicos) através dos seus anais, verificando as instituições participantes, assim como, as regiões que mais publicaram e as que menos publicaram, os autores que mais se destacam no período, e as palavras- chave de destaque. Abordagem metodológica é exploratória reunindo dados e informações, e descritiva identificando as características e descrevendo os fatos. Os resultados apontam que as regiões Sudeste e Centro-Oeste tem o maior índice de publicações nas quatro edições do SNDIJ – Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (2007, 2010, 2012 e 2013). E as instituições que mais apresentaram trabalhos foram CD, FNH, PGE/RJ, SF, STF e UnB. Com relação aos autores, encontramos um total de 73, onde os destaques por maior quantidade de publicações ficou para a Nilcéia Lage de Medeiros, Edilenice Passos, Maria Lucia Beffa e Luciana Maria Napoleone. Entre as temáticas apontadas nas palavras- chave, os destaques vão para Informação jurídica, Gestão da informação, Biblioteca digital, Bibliotecário Jurídico, Câmara dos Deputados, Disseminação Seletiva da Informação, DSpace, Escritório de advocacia, Gestão de documentos, Gestão do conhecimento, Legislação, Repositório digital. Ao final, considera-se que esse tipo de temática continue sendo abordada de maneira que o conhecimento alcance maiores meios de propagação e que as regiões que menos investem, assim como instituições, possam melhorar seus resultados.

LOUZADA, Suzanna do Carmo. **Panorama do acesso à informação nos portais web de legislação dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2018.

O objetivo da pesquisa é avaliar o acesso à informação legislativa digital dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Em revisão de literatura, aborda a importância da informação legislativa no que concerne ao ordenamento jurídico como um todo, à segurança jurídica, ao acesso à informação e à inflação legislativa. Para realizar a avaliação, estabelece checklist e, posteriormente, aplica

o instrumento aos portais de legislação das Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais dos municípios selecionados por amostragem aleatória simples estratificada e na capital do Estado. O checklist é fundamentado em literatura acerca da avaliação de portais da web e da avaliação de portais de legislação em específico, sendo composto por 26 requisitos básicos desejáveis para os portais de legislação, divididos em 5 parâmetros: Usabilidade, Cobertura, Acessibilidade, Relacionamentos e Ferramentas. Ao todo, analisa 62 portais de Prefeituras Municipais e 62 portais de Câmaras de Vereadores. Os resultados demonstram falta de planejamento e de profissionalismo na concepção e manutenção dos portais. Demonstram, ainda, não haver grande preocupação por parte dos gestores dos portais de legislação em garantir a completude do portal, a acessibilidade das normas, disponibilizar o texto atualizado (alterado e consolidado), facilitar o acesso à informação concernente à normas relacionadas, fonte, projeto de origem e ADIN, prover espaço com conteúdo de ajuda, bem como em gerar confiança a partir da disponibilização de informações sobre a responsabilidade do portal. Conclui que o acesso à informação legislativa dos municípios do Rio Grande do Sul é precário.

MALMANN, Bela Marina Ramos. **Bibliotecas Jurídicas do STF, TST e TSE: estudo comparativo de produtos e serviços**. 2017. 54 f. :il. Color. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, RS, 2017.

Estudo comparativo de produtos e serviços ofertados pelas bibliotecas jurídicas do STF, TST e TSE. O trabalho conceitua os seguintes temas: Informação Jurídica, Biblioteca Tradicional, Biblioteca Digital, Produtos, Serviços e Serviço de informação. Busca-se a partir deste estudo responder a seguinte questão: Quais as características dos produtos e serviços de informações predominantes nos sites das Bibliotecas Jurídicas do STF, TST e TSE? O objetivo geral deste trabalho é identificar os produtos e serviços de informação ofertados à população por meio destas bibliotecas. Definindo-se como objetivos específicos os seguintes: a) relacionar os serviços e produtos de informação oferecidos; b) examinar a similaridade ou diferenciação dos produtos e serviços ofertados; c) relatar as características dos produtos e serviços de informações dessas bibliotecas. A pesquisa foi realizada junto aos os sites das três Bibliotecas Jurídicas do STF, TST e TSE, através da técnica de observação que contou com um observador não participante. Constata-se que há uma quantidade significativa de informações disponíveis e que é feito um grande esforço para que a oferta e a qualidade atendam o que é recomendado pela literatura. Observa-se que possui um serviço de referência ativo e disponível nas três bibliotecas atendendo às solicitações e orientando os usuários em suas pesquisas. Assinala uma

pequena dificuldade em relacionar os produtos e serviços destas bibliotecas com o que sugere a literatura especializada, pois foram encontradas algumas lacunas entre os serviços oferecidos por tais bibliotecas e os descritos pela literatura.

MONTEIRO, Samara Suelen Corrêa. **Perfil do Bibliotecário do Jurídico nos Órgãos Estaduais no Pará**. 2017 60f. : il. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, 2017.

Analisa o perfil profissional do bibliotecário, sua formação e o perfil do bibliotecário jurídico profissional que trabalha nos órgãos de justiça no Estado do Pará. Discorre competências e habilidades deste profissional. O objetivo geral deste trabalho que foi identificar o perfil do bibliotecário jurídico e os objetivos específicos foram: identificar o perfil do bibliotecário jurídico atuante nos órgãos da Justiça Estadual em Belém, Pará; apontar como adquirem conhecimentos para atuar em bibliotecas jurídicas e analisar as competências da Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL) presentes nos bibliotecários da Justiça estadual de Belém do Pará. O método de pesquisa utilizado foi de natureza exploratória e a descritiva. Para a realização da coleta de dados, com vistas a identificar e analisar o perfil do bibliotecário jurídico que atua nos órgãos de justiça no Estado foi utilizado um questionário divididos em três seções. A primeira seção é referente ao perfil pessoal do respondente, a segunda ao perfil quanto à aquisição de conhecimentos e a terceira busca investigar a percepção quanto às competências do bibliotecário jurídico e obteve resposta de 16 bibliotecários jurídicos. Os principais resultados apontam um profissional atento as atividades exercidas pelo bibliotecário jurídico que elencam as competências desejáveis a esse profissional segundo a AALL.

PEDROSO, José Antonio Bolivar. **Pode o Direito ser automatizado?** O uso de algoritmos à luz da hermenêutica jurídica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade de Brasília, Faculdade de Direito. 2017.

O presente trabalho tem por objetivo analisar, sob o prisma da hermenêutica jurídica, movimentos de automação da prática do direito. Tem-se que a tecnologia da informação apresentou enormes avanços nos últimos anos, possibilitando a automação até mesmo de atividades classificadas como propriamente humanas. Entre elas, funções características à prática do direito, tais como a redação jurídica e a tomada de decisões. Porém, o intento de padronizar petições ou decisões judiciais pode trazer riscos ao exercício de uma adequada interpretação e consequente aplicação do direito. Para o alcance do objetivo estipulado, o primeiro capítulo contextualiza o avanço da utilização de tecnologia para o desempenho de atividades cognitivas, e aborda modelos que procuraram

padronizar o raciocínio jurídico, entre eles o sistema ROSS Intelligence, que utiliza inteligência artificial para pesquisar a literatura jurídica, o COMPAS, usado para calcular a probabilidade de reincidência de réus em estados dos EUA, e a denominada ciência da previsão legal quantitativa. O segundo capítulo estabelece o marco teórico, tratando da concepção de uma hermenêutica jurídica a partir do pensamento de Ronald Dworkin, Hans-Georg Gadamer e Klaus Günther. Em Dworkin, evidencia-se a relevância de se incorporar argumentos de princípio para a solução de casos jurídicos difíceis, e percebe-se a necessidade de uma concepção de Estado de Direito efetivamente centrada nos direitos. Esse enfoque revela o direito como atitude interpretativa e construtiva, voltada ao conceito de coerência num sentido mais amplo. Consoante Gadamer, elucida-se não haver método capaz de produzir verdade, especialmente quando se quer entender as ciências do espírito. Nesse campo, situa-se a compreensão de textos, e sob tal ótica deve ser considerada a atividade hermenêutica. Já o ensinamento de Günther salienta a necessidade de se estabelecer uma cisão discursiva entre os juízos de fundamentação e de adequação das normas jurídicas. Com isso, um juízo de adequação seria possível apenas caso a caso, considerando as condições específicas extraídas de cada situação concreta. A partir desse referencial, o terceiro capítulo analisa os movimentos de automação da prática do direito sob o enfoque da hermenêutica jurídica, e propõe que a utilização de algoritmos na prática do direito não é adequada sob a perspectiva da adequada hermenêutica. Elaborou-se reflexão a respeito dos métodos de inteligência artificial atualmente aplicados ao direito, e asseverou-se que algoritmos são um tipo de texto, também passíveis de interpretação. Refletiu-se sobre os instrumentos de avaliação de risco de reincidência, afirmando-se que estes não substituem o juízo de adequação próprio da aplicação do direito. Foi realizada aproximação da temática com o ordenamento pátrio, e notou-se que a avaliação sobre a possibilidade de reincidência é permitida ou exigida em certos casos, porém mediante o exercício do juízo de adequação da norma à situação concreta, considerando todas as suas características. O conjunto de reflexões desenvolvidas no presente trabalho, portanto, reforça o argumento de que uma adequada hermenêutica deve prevalecer às soluções automatizadas no tocante à prática do direito, especialmente quando este é considerado veículo da igualdade.

RIOS, Sabrina Sousa. **Os produtos e serviços oferecidos por intermédio dos setores de referência das bibliotecas dos tribunais superiores brasileiros**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília/ Faculdade de Ciência da Informação.

RODRIGUES, Larissa Stefane Vieira. **Fontes de informação jurídica**: conhecimento, necessidade e utilização por assessores de Ministros do Tribunal de Contas da União. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília/Faculdade de Ciência da Informação.

SANTARÉM, Vinícius. **Gestão da informação para o desenvolvimento de procedimentos e serviços jurídicos**: um estudo de caso num escritório de advocacia. Marília, 2017. 169 f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

A informação é um componente intrínseco em todos os processos de uma organização. As mudanças globais, as novas tecnologias e o aumento das expectativas dos clientes geram uma necessidade, cada vez maior, de um planejamento estruturado e coerente com a realidade. A conduta e a abordagem tradicionais na gestão dos escritórios de advocacia não mais garantem o sucesso e sobrevivência, sendo fundamental a adoção de uma forte orientação ao cliente e o conhecimento da concorrência para o sucesso nos dias atuais. O volume de informações jurídicas produzidas é muito grande, tornando a recuperação da informação desejada mais difícil. As constantes atualizações da legislação dificultam o trabalho dos advogados, pois tornou-se uma árdua tarefa para o profissional do direito encontrar a melhor informação dentre as várias disponíveis. Diante disso, este estudo de caso propôs a criação de um planejamento de gestão da informação para os escritórios de advocacia. A partir das informações coletadas nos questionários com os sócios, no levantamento de documentos e na observação direta foi realizada uma análise dos dados, a fim de determinar as forças e fraquezas do negócio. Essas serviram de base para determinar os objetivos estratégicos, tendo como destaque, aumentar o número de clientes, atender as demandas num tempo relativamente menor, melhorar a qualidade técnica na prestação dos serviços advocatícios e criar um banco de dados disponíveis para a atuação dos advogados dentro da organização. A grande dificuldade dos escritórios de advocacia é a recuperação das informações necessárias em tempo hábil, tendo em vista que em sua maioria não possuem um sistema estruturado de gestão de informação, foco desse estudo. Para isso usaremos o Gerenciamento Eletrônico de Documentos e *Enterprise Content Management* como ferramentas para o armazenamento das informações. Todo esse contexto acaba por exigir que os escritórios de advocacia se preocupem em ter um planejamento, bem como um posicionamento de mercado para que possam manter-se competitivos na gestão de seu negócio.

SANTOS, Cíntia Amanda Cardoso dos. **A gestão documental de arquivos jurídicos proposta pelo Conselho Nacional de Justiça**. 2017. 75f. Trabalho de conclusão de

curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia. Porto Alegre, 2017.

O presente trabalho visa discutir o programa de gestão documental nos arquivos jurídicos, mais especificamente o programa de gestão documental proposto pelo Conselho Nacional de Justiça. Uma ampla pesquisa foi realizada sobre o curso de Gestão Documental oferecido pelo CNJ denominado Gestão Documental no Poder Judiciário, onde podemos verificar a preocupação com a padronização de gestão arquivística em esfera nacional. Trata-se, portanto, da análise dos arquivos jurídicos, levando em consideração o tratamento documental dispensado atualmente pelo poder público judiciário.

SENA, Roseneide de Mendonça de. **Governança da informação no modelo de Governança Judicial**: um estudo de caso sobre a relação da GI nos desafios da atividade jurisdicional do sistema de justiça. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Porto Alegre, RS, 2018.

A evolução da digitalização e virtualização dos processos judiciais, aliado ao crescente investimento na área de tecnologia da informação (TI), permitiu ao sistema de justiça criar e armanezar uma vasta quantidade de informações. Porém, apesar de todo investimento realizado em TI e o reconhecido avanço na normatização da estrutura do ambiente informacional, as informações jurídicas não tem gerado o esperado valor à atividade jurisdicional do sistema de justiça, que muitas vezes ainda recorrem a buscas manuais, incorrendo em informações sem a qualidade necessária, com maior demora para acessar informações com a utilidade desejada. O objetivo da pesquisa é analisar como a Governança da Informação se relaciona com os desafios da atividade jurisdicional no modelo de governança judicial do sistema de justiça, considerando que a Governança da Informação surge para preencher esse espaço não atendido pela governança da Tecnologia da Informação (TI), primeiro recolocando a informação como o recurso essencial e, segundo, demonstrando que o uso da informação, e não apenas a sua produção e armazenamento, deve ser considerado no processo de governança. Sendo assim, a Governança da Informação é um instrumento para reduzir problemas entre os agentes interessados na informação, baseando-se na teoria da agência, aliando sua estrutura à governança corporativa. Para atingir o objetivo foi utilizado o método de estudo de caso único, em unidades do sistema de justiça localizadas no estado do Acre: Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Como contribuições dessa pesquisa estão a análise dos fatores e elementos que se espera contribuir para os desafios do ambiente informacional das empresas no diagnóstico e eventual adoção de programas de Governança da Informação, provendo um modelo

particularmente associado à gestão mais célere, ética e estratégica das informações no ambiente das organizações do sistema de justiça.

SILVA, Marli Vitor da. **O comportamento de busca de informação:** uma análise a partir da teoria do capital social de Nan Lin. 2017. 131 f. : il. ; 30 cm. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

Os advogados estão inseridos em um ambiente informacional complexo, sendo que muitos desses profissionais utilizam a comunicação interpessoal como uma forma eficaz de obter informações importantes de que necessitam, o que é uma característica dos advogados. Para estudar e analisar esse processo, estudiosos tem utilizado abordagens do capital social. Considerando o exposto, objetiva-se em âmbito geral: a) identificar o papel/função da comunicação interpessoal no processo de busca de informação realizado por advogados; e b) verificar a aplicabilidade da teoria do Capital Social desenvolvida por Nan Lin para elucidar o processo de busca de informações realizado por advogados na sua prática profissional, notadamente por meio da comunicação interpessoal. Em um contexto mais específico, objetivou-se: a) verificar o tipo de informação buscada pelos advogados por meio de fontes informais de informação – pessoas; b) averiguar como os advogados procedem para legitimar as informações obtidas para o desenvolvimento de suas atividades de trabalho; c) definir as características das redes sociais dos advogados que podem afetar o acesso e o uso de informações. Para tanto, foi analisada uma amostra composta por 16 advogados que atuam na cidade de Marília. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semi-estruturada e os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo preconizada por Laurence Bradin (2010). Os resultados demonstraram que a Internet é a fonte de informação utilizada com mais frequência, bem como é considerada a mais importante; a jurisprudência tem sido amplamente utilizada tanto como um elemento para fundamentar as peças processuais, quanto como fonte de informação; vários critérios são utilizados para selecionar as pessoas que serão contatadas, sendo “ter conhecimento no assunto” o mais utilizado; a maioria não costuma enfrentar problemas quando tentam contatar a pessoa que detém a informação que estão procurando; percebem a falta de cooperação e o sentimento de incômodo em relação ao pedido de informação como egoísmo por parte daqueles que são

procurados; o tipo de informação mais buscada por meio de pessoas é “informações para sanar dúvidas”; o procedimento mais utilizado para avaliar se as informações obtidas são suficientes é “pesquisando”; os procedimentos mais utilizados para avaliar se as informações obtidas são adequadas são “comparando com a jurisprudência” e “pela confiança”; o procedimento mais utilizado para avaliar se as informações obtidas são legítimas é a “confiança”; evidenciou-se que a reciprocidade existe e que o compartilhamento de informação é realizado; dentre as informações que são solicitadas aos participantes da pesquisa as que se destacam são as “informações para sanar dúvidas”; consideram que a comunicação interpessoal é um elemento chave para terem acesso às informações de que precisam para o desenvolvimento de suas atividades de trabalho; as redes sociais são pequenas em termos de quantidade de conexões ou número de contatos; não há uma diversidade de ocupações acessadas e a ocupação mais alta alcançada foi a de Juiz; a força da relação interpessoal que prevalece é a denominada de laços fortes. Conclui-se que todos os objetivos propostos foram abordados, já que foi possível identificar o papel/função da comunicação interpessoal no processo de busca de informação realizado por advogados e verificar a aplicabilidade da teoria do Capital Social desenvolvida por Nan Lin (2001a) para elucidar o processo de busca de informação realizado por advogados na sua prática profissional. Assim, pretende-se contribuir com a constante melhoria dos sistemas de informação e sua organização, as quais atendem comunidades específicas de usuários, mais especificamente no domínio do Direito.

SILVA, Mayara Hanyle Bento Gomes da. **Informação jurídica no Brasil: um estudo quantitativo na RVBI, SciELO, BDTD e Infolegis – 2000 a 2016.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília/ Faculdade de Ciência da Informação.

SILVA, Nilson Lourenço da. **O perfil dos profissionais bibliotecários dos tribunais da capital sergipana.** São Cristóvão, 2017. 76 f.: il. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2017.

No presente trabalho apresenta-se os profissionais da informação, bibliotecários, que atuam na área jurídica, o objetivo do estudo foi analisar o perfil dos profissionais bibliotecários dos tribunais da capital sergipana,

mais especificamente, levantar o perfil do bibliotecário jurídico, verificar sua atuação, identificar suas competências e identificar as principais fontes de informações jurídicas utilizadas por esses profissionais. Os locais de investigação foram as bibliotecas instaladas nos cinco tribunais de Aracaju, tais como: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, sendo o universo constituído por sete profissionais bibliotecários e um especializado em Biblioteconomia. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e o procedimento utilizado foi o bibliográfico e a pesquisa de campo. Para coleta de dados foi realizado entrevistas onde foi aplicado questionário, estruturado com questões objetivas e abertas, em visitas presenciais às bibliotecas dos tribunais. Os resultados apontaram que a maioria dos profissionais são do sexo feminino, com idade entre 51 e 69 anos, graduados pela Universidade Tiradentes, nasceram em Sergipe; ocupam o cargo de Bibliotecário, atuam na área jurídica e na biblioteca a 16 anos ou mais, mantem-se atualizados por meio de livros e periódicos especializados; têm por competência o gerenciamento da biblioteca e utilizam como fontes de informações o Diário da Justiça, livros e periódicos jurídicos. Conclui-se, portanto, que os objetivos da pesquisa foram atingidos.

SILVA, Rayanne Gonçalves. **Fontes de informação jurídica:** identificação, uso e avaliação pelos bibliotecários da Rede Virtual de Bibliotecas-RVBI. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília/Faculdade de Ciência da Informação.

VASCONCELOS, Maria Odelma dos Santos. **Requisitos para atuação do profissional bibliotecário na unidade de informação jurídica:** estudo descritivo do ambiente social sergipano. São Cristóvão, 2017. 75p. ; il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação – Universidade Federal de Sergipe).

O presente trabalho promove a discussão sobre os requisitos para o bibliotecário atuar em unidade jurídica. A educação continuada aparece como alternativa de ampliação do conhecimento por parte do bibliotecário. O ambiente social jurídico é descrito, como também, seu mercado de trabalho real e possíveis inserções. A área do Direito tem suas particularidades as quais requerem bibliotecários dotados de

competências e habilidades para compreender a amplitude dos estudos jurídicos e sua organização documentária. As premissas suscitaram os meios para a construção do conhecimento específico, e de pronto confirmado pelas respostas dos participantes, como também, dos autores presentes no referencial teórico. O bibliotecário projeta seu conhecimento na educação continuada para poder desempenhar suas atividades no ambiente jurídico, utilizando suportes tecnológicos e conhecimento específico. A informação que é a matéria-prima do bibliotecário apresenta-se em variados suportes e denominações. A área jurídica é desafiadora por apresentar grande produção literária em linguagem rebuscada, em terminologia e significado. A metodologia foi de caráter descritivo e exploratório, a qual produziu resultados que confirmaram as premissas levantadas sobre a necessidade de especialização na área temática e requisitos como, competências e habilidades.

VENÂNCIO JÚNIOR, Osvaci Amaro. **Elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos sob a perspectiva da semiótica peirceana:** uma contribuição aos estudos da representação da informação em ciência da informação. Florianópolis, SC, 2017. 156 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação.

Como campo interdisciplinar, a Ciência da Informação resgata conceitos e compreensões advindas de outras áreas do conhecimento, dentre elas a Semiótica. Sua relação com essa ciência reside no fato de ambos os campos lidarem com o comportamento dos signos linguísticos, sua interpretação e seu poder de significar. Essa relação fica evidenciada quando a Semiótica de Charles Peirce é aplicada ao processo de indexação, em que cada etapa é permeada de interpretações, desde a análise do assunto à representação do conteúdo documental. O cabeçalho de ementa é produto do processo de indexação do documento acórdão, cuja recuperação tende a ser deficiente em razão de esse processo ser realizado por meio de termos livres. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a contribuição da semiótica peirceana para o entendimento do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas. Os objetivos específicos são: a) identificar elementos da semiótica peirceana no processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos; b) verificar semioticamente a consistência interindexadores desse processo; e c) analisar o uso da linguagem natural nos cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ângulo semiótico. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se, em relação aos seus objetivos, como exploratória. As formas de coleta, análise e interpretação de dados tiveram abordagem qualitativa, e a postura teórica adotada foi a fenomenológica, o que

caracteriza a pesquisa também como descritiva. No que pertine aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como documental. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o guia de entrevista semiestruturada. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira consistiu na elaboração do instrumento de coleta de dados. A segunda compreendeu a coleta e a análise. Para a análise dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo dirigida (HSIEH; SHANNON, 2005). A codificação realizada foi a descritiva (SALDAÑA, 2013). Como resultados, verificou-se que o processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos é formado por etapas e que cada uma é constituída de atividade semiótica. Nesse aspecto, constatou-se a presença de experiência colateral e de possíveis hábitos na indexação, e ficou evidenciado que o processo é inferencial. A consistência dos cabeçalhos das ementas elaborados pelos participantes mostrou-se muito baixa, o que pode ser explicado pelo fato de que diferentes intérpretes (indexadores) interpretaram um signo (o documento acórdão) de maneiras diferentes, alcançando diferentes interpretantes (interpretantes dinâmicos). Verificou-se que a baixa consistência também pode ser decorrente da utilização, pelos participantes, de linguagem natural na confecção dos cabeçalhos. Destes resultados pôde-se concluir que os cabeçalhos não cumprem o papel esperado nas ementas de acórdãos, uma vez que são elaborados em linguagem natural, propícia à geração não controlada de interpretantes, do que resulta a baixa consistência na indexação. Nesse sentido, tem-se que, em termos de consistência, a indexação em linguagem documentária é a que melhor cumpre a função de servir como ponte entre o conteúdo temático de um documento e os usuários de um sistema de informação, por controlar os interpretantes oriundos do processo.